

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

É de conhecimento público que os Tribunais Administrativos e Fiscais em geral padecem de um seríssimo problema de pendências e moras processuais. Usa-se o superlativo absoluto sintético da expressão porque, como se verá, se justifica plenamente. Esta situação tem gerado atrasos de décadas (sim, de décadas!) na tramitação e decisão dos processos intentados. Não só os processos ficam parados quando entram nos tribunais em apreço, como aqueles, poucos, que avançam ficam a aguardar por uma sentença que tarda em chegar.

Na jurisdição administrativa e fiscal, em especial na 1.ª instância, há processos a aguardar tramitação há mais de 10 e até mesmo há mais de 20 anos, bem como, existem processos em que a prova já foi produzida, assim como as alegações finais escritas e a sentença tarda, igualmente, há décadas. Uma justiça com delongas deste calibre é tudo menos justiça, ferindo de forma gravíssima o Estado de Direito, bem como o prestígio e dignidade do próprio Estado.

Apesar de esta situação ter sido denunciada pelo PSD, em novembro passado, no debate na especialidade do último Orçamento do Estado, a verdade é que, até ao momento, não se verifica nenhuma melhoria, nem se tem notícia da aplicação de medidas que se destinem a acelerar a tramitação dos processos na jurisdição administrativa e fiscal de 1.ª instância, permanecendo tudo rigorosamente igual a novembro passado, o que tende a piorar a situação, pois cada dia que passa é mais dia a somar aos atrasos de décadas nestes tribunais.

Em 2018, já, então, consciente do problema, o Ministério da Justiça fazia referência à criação de bolsas de juízes e brigadas de recuperação para tentar ultrapassar o problema das pendências e dos atrasos consideráveis. Passaram já três anos desde mais uma garantia solene de um membro do Governo que, como se vê, não contribui para a sua credibilidade.

Chegados a 2021, não só o problema não foi solucionado, como se tem agravado de forma considerável, aumentando as pendências e não sendo tramitados os processos, nalguns casos, por falta de Juízes para o efeito.

Não há, por isso, outra forma de colocar a questão: **a situação é dramática e coloca em causa o Estado de Direito e o próprio prestígio e dignidade do Estado**. Tais práticas não podem deixar de merecer a nossa preocupação, sendo da mais elementar justiça indagar e sindicar da dimensão das mesmas, bem como da imperativa necessidade de lhes por fim.

Em face do exposto, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD abaixo assinados apresentam à Ministra da Justiça as seguintes perguntas:

1 – Pode o Governo assegurar que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra se encontra apetrechado com o quadro de Juízes proporcional às necessidades de serviço?

2 – Pode o Governo garantir que não se têm agravado, de forma considerável, os atrasos na tramitação dos processos novos, entrados no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra em data posterior ao compromisso assumido pela Ministra da Justiça já em 2018?

3 – Pode o Governo infirmar que não há atrasos de décadas na tramitação e decisão dos processos intentados no Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com graves prejuízos para os direitos dos cidadãos e dos contribuintes?

Palácio de São Bento, 29 de janeiro de 2021

Deputado(a)s

CARLOS PEIXOTO(PSD)

MÓNICA QUINTELA(PSD)

ANTÓNIO MALÓ DE ABREU(PSD)

MÁRCIA PASSOS(PSD)

ANDRÉ COELHO LIMA(PSD)

PAULO LEITÃO(PSD)

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

HUGO CARNEIRO(PSD)

LUÍS MARQUES GUEDES(PSD)

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

JOSÉ CANCELA MOURA(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

ARTUR SOVERAL ANDRADE(PSD)

ANDRÉ NEVES(PSD)

Deputado(a)s

LINA LOPES(PSD)